

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010232-49.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR**
Requerente: **Vitorino da Silva**
Requerido: **Banco Mercantil do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter aberto conta junto ao réu para o recebimento de pensão por morte, sendo-lhe entregue um cartão de crédito.

Alegou ainda que foi informado pela Previdência Social que não teria gastos com tarifas e afins, mas isso passou a suceder na forma que especificou.

Salientou, ademais, que em 27/07/2016 tomou conhecimento de que a quantia de R\$ 472,23 havia sido retirada de sua conta em decorrência de bloqueio judicial, recusando-se o réu a prestar-lhe informações a esse propósito.

A pretensão deduzida não merece acolhimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Quanto às tarifas cobradas, tinham amparo na "FICHA PROPOSTA DE ABERTURA DE CONTA E ADESÃO A PRODUTOS E SERVIÇOS – BENEFICIÁRIOS INSS" acostada a fls. 38/44, cuja assinatura o autor não refutou ter realizado.

É importante notar que o documento de fl. 22 em momento algum afasta a possibilidade de abertura de conta-corrente por parte do interessado para receber o benefício que contempla, o que se acabou concretizando pela proposta de fls. 38/44.

Como se não bastasse, registra-se que o autor não fazia uso da mesma somente como conta-salário.

Ao contrário, os extratos de fls. 16/19 atestam não apenas saques como pagamentos levados a cabo por intermédio do cartão emitido em função da abertura da conta, além da efetivação de empréstimos e o creditamento de rendimentos.

Isso à evidência significa que o autor utilizava a conta como verdadeira conta-corrente, em consonância com a proposta já aludida.

Em consequência, não se vislumbrando irregularidade no cômputo de encargos contratualmente ajustados, a declaração de sua cessação e a respectiva restituição não se justificam.

Relativamente ao bloqueio de valor na conta, derivou de determinação judicial em relação à qual o réu simplesmente deu cumprimento, como não poderia ser diferente.

Se o autor não foi "citado" do bloqueio ou se não logrou exercer o seu direito de defesa, isso não pode ser imputado ao réu que não tinha ligação com providências dessa natureza.

A devolução do valor bloqueado, assim, não se cogita à míngua de suporte que o respaldasse.

Quanto à possível falta de informações sobre o assunto, não detecto que tivesse o réu obrigação de prestá-las ao autor porque, como destacado, ele não lhe dizia respeito.

Inexistiu igualmente quanto ao tema ato ilícito do réu que abrisse margem à provocação de dano moral passível de ressarcimento ao autor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Publique-se e intímese.

São Carlos, 13 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**